



MEIO AMBIENTE

Cerrado devastado

Desmatamento aumenta pelo quarto ano consecutivo, em uma área equivalente a duas vezes o Distrito Federal

» ISABEL DOURADO*



Estamos diante de um cenário que requer atenção a um bioma que é estratégico para nossa segurança hídrica e energética, pois é berço de oito das 12 principais bacias hidrográficas do país"

Ana Carolina Crisostomo,
especialista em conservação da WWF-Brasil

Tocantins (5%) e Maranhão (3%).

Claudio Almeida, coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e Demais Biomas Brasileiros analisa o levantamento.

“O Prodes é o dado que diz exatamente o tamanho do desmatamento ano a ano. Existe uma certa estabilidade, a gente deu uma diferença de 3% a mais do que o ano anterior. Em anos anteriores, havia um aceleração mais intenso. Agora, existe uma certa estabilização nesse dado, ainda que com esse viés de pequena alta no volume total”, avalia.

Negacionismo

A ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, afirmou que a divulgação dos dados representa uma mudança de política em relação à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. “Nós fizemos questão de colocar o dado antes da viagem exatamente para mostrar que não é com negacionismo que se resolve o problema. É fazendo diagnóstico e apresentando soluções”.

O governo apresentou o

lançamento do novo PPCerrado (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado). O anúncio do Plano ocorre na véspera da Conferência do Clima da ONU (COP 28). O presidente Lula (PT) e a Ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, estarão presentes.

O governo apontou os principais entraves para frear o desmatamento no Cerrado: a dificuldade de monitoramento da legalidade do desmatamento vinculado às cadeias produtivas; o baixo nível de reconhecimento dos territórios coletivos e unidades de conservação; a expansão agrícola, especulação fundiária e gestão hídrica ineficaz; manejo inadequado do fogo.

Na avaliação do professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, José Sobreiro Filho, há uma discrepância na preservação da Amazônia e do Cerrado. “Nota-se que, entre governos, temos um tratamento diferente para o Cerrado. Ele é reconhecido, entre alguns pesquisadores, como uma área de

sacrifício para a preservação da Amazônia”, comenta.

Ele chama a atenção para a pressão da agroindústria sobre o bioma. “Os estados onde temos o maior desmatamento são exatamente onde há política de incentivo à maior expansão da fronteira agrícola na América Latina — que é exatamente o Matopiba (Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí)”, observa.

“Nós temos, sim, um incentivo histórico dentro de alguns governos anteriores no que se refere ao Matopiba. A essa região se destina o agronegócio brasileiro, e ela emerge como uma zona de sacrifício em busca de uma tentativa utópica da própria Amazônia”, completa.

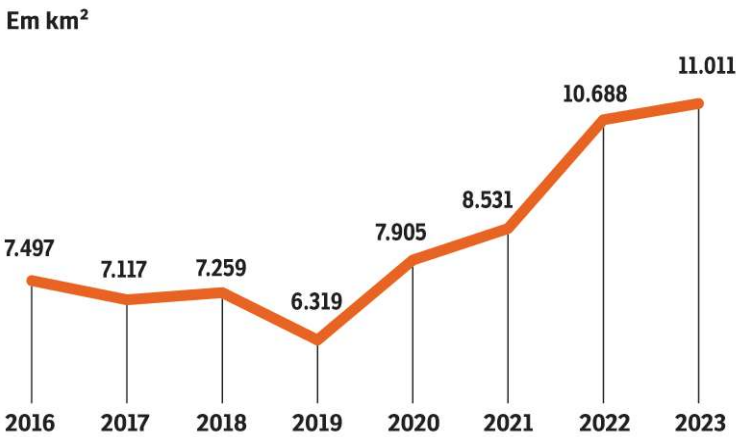
Segundo o governo federal, a nova fase do PPCerrado terá como uma das suas metas “coordenar e/ou alinhar o planejamento dos grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura e de desenvolvimento da região visando a meta de desmatamento zero até 2030”. O plano tem previsão de durar até 2027.

Na avaliação de Ana Carolina Crisostomo, especialista em Conservação da WWF-Brasil e líder da estratégia de Conversão Zero, o anúncio do PPCerrado é positivo. No entanto, ela frisa que é fundamental o plano ter um senso de urgência.

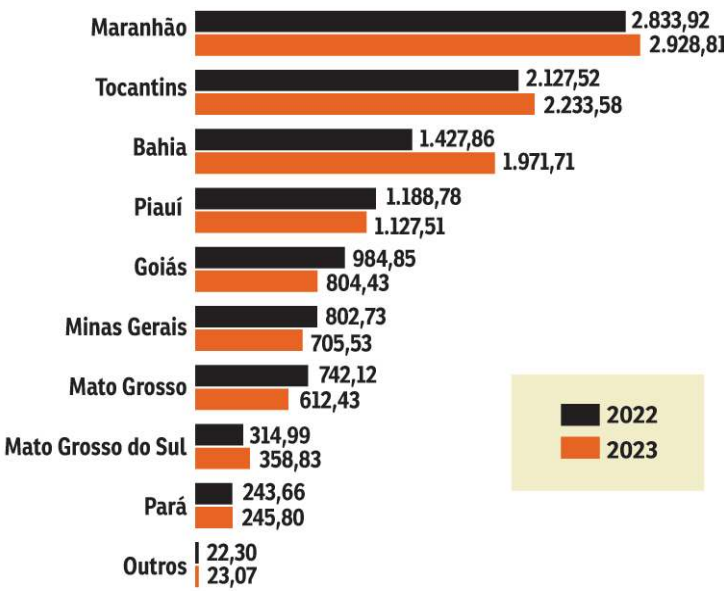
“Estamos diante de um cenário que requer atenção a um bioma que é estratégico para nossa segurança hídrica e energética, já que é o berço de oito das 12 principais bacias hidrográficas do país, mas já observa redução de 15% da vazão de seus rios”, alerta.

Natureza agredida

A devastação do cerrado avança, mas em ritmo de desaceleração. O desmatamento cresceu de maneira mais lenta entre 2022 e 2023, diferentemente do aumento de 25% entre 2021 e 2022. Os dados foram compilados pelo Prodes Cerrado, programa de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)



VEJA O RANKING POR ESTADOS



Fonte: Inpe

LIGUE 180

PAULO H CARVALHO/Agência Brasília



Casa da Mulher Brasileira em Ceilândia: assistência às vítimas



ALEXANDRE GARCIA

O POVO TEM COBRADO NAS REDES SOCIAIS DA OAB, DA MÍDIA, DO SENADO, O SILÊNCIO OMISSO, ANTE FATOS QUE SALTAM AOS OLHOS DE QUEM QUER QUE LEIA A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ. O INGREDIENTE QUE AINDA FALTAVA, O POVO, SURTIU NO DOMINGO, ENCHENDO QUATRO QUARTEIRÕES DA AVENIDA PAULISTA

Violência contra a mulher leva a 1,5 mil denúncias/dia

» MARINA DANTAS*

O canal de violência contra a mulher — Ligue 180 — recebeu cerca de 1.525 ligações telefônicas por dia de janeiro a outubro deste ano. O número reforça o grande incidência de denúncias de agressões contra brasileiras.

Até outubro deste ano, 74.584 denúncias de violência contra a mulher foram registradas pelo canal de denúncia. Em comparação ao mesmo período de 2022, houve um aumento de 899 casos — pouco mais de 1%.

A questão racial é evidente

nos dados. Das 51.941 denúncias registradas, 31.931 partiram de mulheres negras — o equivalente a 61%. A violência psicológica é a denúncia mais frequente, contabilizando 72.993 casos. A violência física vem em segundo, com 55.524 ocorrências; e, logo depois, a violência patrimonial, com 12.744.

Já a violência sexual aparece com 6.669 casos, cárcere privado com 2.338, violência moral somando 2.156 ocorrências e tráfico de pessoas com 41 denúncias. De acordo com os dados, 73,86% dos casos ocorrem

na casa da vítima e de familiares.

Geograficamente, os estados com maior registro de denúncias são São Paulo (22,26%), Rio de Janeiro (17,12%) e Minas Gerais (10,17%).

Para ampliar o acesso das mulheres vítimas e da população aos canais de denúncia — Ligue 180, o Ministério das Mulheres implantou o atendimento via Whatsapp pelo número (61) 99610-0180. O número 180 continua a receber denúncias anônimas e gratuitas, por telefone fixo ou celular.

Como forma de acolher as mulheres em situação de vulnerabilidade, o programa Mulher Viver sem Violência retornou à ativa em março deste ano com o anúncio de 40 novas Casas da Mulher Brasileira, em parceria com o Ministério da Justiça e

Segurança Pública (MJSP).

Atualmente, há sete casas em funcionamento nas capitais. Elas ficam em Boa Vista, Fortaleza, São Luís, Campo Grande, Ceilândia/Brasília, São Paulo e Curitiba. Para as mulheres indígenas, a Casa da Mulher Indígena por Bioma prevê acolhimento e apoio especializado. A parceria com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) abrange a Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado, Pampa, Pantanal e Amazônia. A promoção de conscientização direcionada a estados e municípios irá destinar cerca de R\$ 1,5 milhão de fundos para a compra de equipamentos para os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs).

***Estagiárias sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

O cálice do Supremo

A indicação de Flávio Dino para o Supremo parece ser mais uma gota num cálice transbordante. A oposição no Senado toma como provocação. Acontece logo depois da aprovação pelo Senado da PEC que restringe decisão monocrática que contrarie a maioria do Congresso, e também depois da reação irada de Gilmar Mendes, apoiador do nome de Dino para a vaga de Rosa Weber. Gota a gota o cálice foi enchendo. Há quatro anos, o Supremo abriu um inquérito por conta própria, sem Ministério Público, baseado no seu regi-

mento interno que, nessa parte, está superado pela Constituição de 1988. Agora o Ministro Marco Aurélio, que ironizou o feito, chamando-o de “inquérito do fim do mundo”, ninguém mais falou. Esperava-se crítica da mídia, da OAB, do Senado, que julga ministro do Supremo; mas ninguém falou. O veto de Dilma ao comprovante do voto fora derrubado por 368 deputados e 56 senadores, mas a vontade desses 66% do Legislativo foi suspensa por um e anulada por oito do Supremo. Até a Constituição se tornou inconstitucional, no marco temporal.

O Supremo legisla sobre drogas, examina aborto... e a Lei Maior está remendado em abundância por Adin e ADPF do Supremo.

O povo tem cobrado nas redes sociais da OAB, da mídia, do Senado, o silêncio omissivo, ante fatos que saltam aos olhos de quem quer que leia a Constituição Cidadã. O presidente do Senado encontra dificuldade em andar por terras mineiras sem ser cobrado. Cálice cheio, Rodrigo Pacheco e a OAB caíram da cama sobressaltados pelo pesadelo de que a independência de Poderes e o devido processo legal estavam abafados pela toga. Pacheco sentiu e tocou a emenda que impede um único juiz do Supremo de

derrubar a decisão da maioria do Congresso. A OAB precisou ser sacudida na sua própria carne — ou no seu espírito de corpo, quando viu mais uma vez o regimento interno do STF se sobrepondo à Constituição, no caso da ampla defesa, com sustentação oral impedida em agravo. Depois da nota em que a OAB afirma que “continuará insistindo para que o Tribunal cumpra as leis e a Constituição”, ainda veio um deboche de Moraes, ao negar mais defesa oral num agravo: “A OAB vai lançar outra nota contra mim, vai dar mais uns 4 mil tuítes.”

Quatro dias depois, em Belo Horizonte, no Encontro Nacional da Advocacia, o presidente do

Supremo teve que ouvir o presidente da OAB/MG num veemente protesto, acompanhado por aplausos, gritos e assobios de advogados de todo o país, numa cena em que todos, em pé, ovacionavam eloquentemente enquanto o ministro Barroso permanecia sentado e calado. Depois, o ministro ainda confirmou a metamorfose do STF, lembrando que a corte combateu o negacionismo, o autoritarismo, falou em metas climáticas e erradicação da pobreza, num discurso que confirma o viés político de uma corte constitucional.

A PEC que impede decisão monocrática está na Câmara, agora. Mas depois que o decano do Supremo, Gilmar Mendes,

reagiu chamando de “pigmeus morais” os 52 senadores que aprovaram a PEC, inação da Câmara será sinal de repetição da subserviência. O discurso irado de Gilmar fala de “tácito autoritário escamoteado pela pseudo representação de maiorias eventuais” — praticamente rompedor com o Senado, no país sem poder moderador. O ingrediente que ainda faltava, o povo, surgiu no domingo, enchendo quatro quarteirões da Avenida Paulista, cobrando do Supremo a morte de Clériston Pereira da Cunha na Papuda e a volta à Constituição. Ao cálice transbordante, agora, foi acrescentada a indicação de Flávio Dino.